

AS CONCEPÇÕES DE FILANTROPIA E ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE NO BRASIL E O ORFANATO PADRE JOÃO MARIA - 1920

Jefferson Melo da Silva ¹

Kilza Fernanda Moreira de Viveiros ²

RESUMO

O presente estudo é parte do processo de investigação para a composição da dissertação de mestrado, no curso de pós-graduação em Educação, no qual nos dispomos a conhecer a instituição do Orfanato Padre João Maria e suas concepções filantrópicas de cuidado e assistência. Todavia, não se faria possível analisar a filantropia sem antes alicerçar o discurso sobre a caridade, traçando um panorama das duas vertentes assistenciais e suas noções de atenção com a sociedade pobre desvalida. Por investigarmos uma instituição (MAGALHÃES, 2004) de assistência (RIZZINI; PILOTTI, 2011); (MARCÍLIO, 1998); (PEREIRA, 2004) à infância em caráter social de pobreza (VIVEIROS, 2016) se faz necessário também tratarmos sobre a noção higienista do que é ser criança, desse modo, nos possibilitando entender como as instituições pensavam e organizavam o atendimento a esses sujeitos.

Palavras-chave: Filantropia, Higienismo, Sócio educação, Orfanato, História da Educação.

INTRODUÇÃO

Conceber um panorama sobre a face histórica da assistência à infância em estado de pobreza é de extrema importância para que possamos compreender as minúcias da instituição analisada. Se faz necessário entender todo o aparato social que lhes foi dado ou negado, a fim de que possamos alcançar o entendimento do que tenha sido a assistência social para os sujeitos infantes e suas concepções norteadoras.

Para melhor direcionar o desenvolvimento desta pesquisa tomaremos como pressuposto a infância pobre, aquela cuja trajetória se fez rodeada de percalços, alicerçada pelas incertezas e amparada pelos cuidados caritativos que, com sorte, algumas conseguiram ter. Além disso, aqui nos colocaremos a analisar esses trajetos e apontar

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED/UFRN, área de pesquisa: Educação, Estudos sóciohistóricos e filosóficos, jeftson70@gmail.com;

² Professora orientadora: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e mestre em Pedagogia Profissional pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão. Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Programa de Pós-graduação em Educação – PPGED/UFRN - Áreas de Avaliação: História da educação, História e política da educação infantil, História das relações de gênero, Pedagogia social. Educação, pobreza e desigualdade social, kilza.fernanda@hotmail.com.

avanços entre a caridade e a filantropia, distinguindo, através de um percurso histórico o que amparou tais dimensões.

O foco principal dessa história é a infância pobre – crianças e adolescentes que permaneceram à margem da sociedade. Aqueles que não se enquadraram, fornecendo à sociedade, “homens de bem”, afinados com a ética capitalista do trabalho. Em nossa história, a eles se reservou a piedade e a solidariedade de uns; a indiferença, a hipocrisia ou a crueldade de outros (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p.15).

Esta dimensão da infância, a qual não atendia aos padrões sociais de pureza e bons modos, acaba passando no decorrer dos séculos por diversos modelos de assistência, os quais tinham por intermédios a reeducação, o cuidado e a normalização do corpo mediante as regras sociais impostas.

Desse modo, partindo do ideário de infância como símbolo de pureza e ao observarem na sociedade, como um todo, o quantitativo de infantes desvalidos que se espalhavam mediante a expansão dos territórios, surge a problemática da infância e a pergunta principal, de quem era a responsabilidade de cuidar delas, principalmente em casos de não terem o aparato familiar?

No intuito de respaldar historicamente esta discussão é que nos dispomos a construir esta pesquisa, ressaltando que ela surge da análise de uma instituição, tomando por base os estudos de Magalhães (2004), a qual era localizada na cidade de Natal/RN, criada no ano de 1920 e que tinha como principal objeto a uniformização da assistência a meninas órfãs do estado. O Orfanato padre João Maria era subvencionado pelo setor de assistência do Rio Grande do Norte e em sua administração estavam as Irmãs de Sant’anna, ordem eclesiástica que também esteve á frente dos cuidados em setores como hospitais e asilos.

Para organizarmos o nosso pensamento e respaldarmos o que vem a ser discutido neste artigo, tomamos como categorias de análise o corpo e as relações de poder impostas sobre ele a partir das discussões de Foucault (1998), a assistência caritativa e filantrópica a partir dos estudos de Rizzini; Pilotti (2011), da Marcílio (1998), Viveiros (2016) e Pereira (2004).

Para entendermos as concepções de criança e infâncias trazidas pelos médicos higienistas, tomamos por referências as análises de Gondra (2004), o qual nos permite entender as necessidades de institucionalização das infâncias e a normatização dos sujeitos.

METODOLOGIA

Para a concretização deste estudo os fundamentos teóricos metodológicos adotados estão contidos nos pressupostos da Nova História e História Cultural e, para tanto, os percursos metodológicos adotados o configuram enquanto uma pesquisa de natureza básica (PRADANOV; FREITAS, 2013), fundamentada a partir do caráter qualitativo, tendo em vista a necessidade de realização da interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados. Para melhor organização dos dados e discussões teóricas posteriores, tomamos como base os fundamentos da História Cultural (CHARTIER, 1990; BURKE, 2008).

Para nos possibilitar o aprofundamento no objeto de estudo, lançaremos mão de uma análise documental, articulada a partir das noções da pesquisa historiográfica apontadas por (ARÓSTEGUI, 2006), quando enfatiza que a informação histórica é algo mais do que a mera “leitura” das fontes e a transmissão das notícias que proporcionam.

As etapas acima citadas se articulam no processo mediante a necessidade de compreensão e reconstrução de uma determinada sociedade e época, tendo em vista que as concepções se alteraram e enquanto pesquisadores da atualidade, nos seria complexo reconstituir fatos sem um aporte teórico que embase este processo.

Para alicerçar o processo de reconstrução histórica do objeto, tomaremos por fontes os arquivos de imprensa e publicações oficiais, contudo, vale enfatizar o que diz (BLOCH, 2001, p. 77), quando aponta que, “Não é que os documentos desse gênero sejam, mais que outros, isentos de erro ou de mentira. Não faltam falsas bulas, e, assim como todos os relatórios de embaixadores, nenhuma carta de negócios diz a verdade”. Para tanto, um processo de levantamento documental necessariamente passa por três etapas básicas, sendo elas: 1) o corpus em questão deve ser completo no sentido exigido pela natureza do tema e das hipóteses; 2) deve ser uma documentação que, em seus conteúdos e em suas dimensões, justifique ser pertinente o uso da análise de conteúdo; 3) deve ser homogênea segundo princípios que se definam.

Para conceber uma interpretação do objeto de pesquisa, faz-se, portanto, necessário historicizar a emergência de um lugar particular do sujeito e suas práticas educativas, particularmente, no período estudado, pois, a pesquisa histórica se constrói sobre o tripé: fontes, interpretação, narração (NUNES, 2005). Desse modo, compreendemos que a pesquisa em História se faz mediante métodos de investigação,

análise e escrita, com os quais o pesquisador se dispõe na reconstrução do objeto a partir das possibilidades que os vestígios lhe permitam.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Muitos foram os espaços sociais que viram na assistência o modelo ideal para tratar daquelas pobres almas inocentes, cuja vida havia renegado e arremessado para o esquecimento e a sarjeta, através de benevolências religiosas, muitos desses órfãos e/ou abandonados puderam receber uma reeducação, a fim de retornarem à sociedade de acordo com os padrões que a organizavam.

Para auxiliar no processo de compreensão dessas práticas, precisamos aqui nortear sobre o que vem a ser cada um desses modelos, com quais ideais fundam-se as concepções caritativas e filantrópicas, quando surgem os termos e quais os moldes norteadores, a fim de que possamos entender o processo social das instituições de amparo a criança pobre e desvalida.

A compreensão de criança desvalida perpassa a concepção daquele “[...] que não possui valor, encontra-se desprotegido, desamparado, desgraçado, miserável”. (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1998. p. 352). No entanto, o Dicionário da Língua Portuguesa (1927) define desvalido como “desprotegido, desamparado, pobre, desgraçado, e desvalimento, falta ou perda de favor, de proteção, de valimento”. Então, observamos que tal significado se assemelha em dicionários do século XIX e início do século XX (VIVEIROS, 2016, p. 15).

Diante disso, iniciaremos com uma breve explanação sobre a caridade, a qual é fortemente interligada ao amor, partindo do pressuposto cristão de piedade e cuidados com o próximo e é, praticamente a origem das ações assistenciais, sendo esta exercida desde meados da Idade média, tendo em vista que, aqueles que a praticassem receberiam o céu como recompensa por suas benevolências.

[...] o auxílio aos desvalidos e sofredores é entendido como uma obrigação cristã, um a prática de gente temente a Deus, em certos textos o sentimento e a atitude caritativos associam-se a um ideário que se afirma moderno, afirmando-se como o cumprimento do “que hoje se reputa um dever de fraternidade humana” (PEREIRA, 2004, p. 833).

Nesse sentido, vale ressaltar que as propostas caritativas tiveram grande difusão através das irmandades católicas, as quais eram promovidas em instituições de saúde, mosteiros, conventos, entre outros espaços e alcançavam aqueles indivíduos tidos como os desgraçados da sociedade e, através das contribuições podiam lhes prestar a assistência do básico para sua sobrevivência.

O significado de beneficência parece conter, nos primeiros séculos da Idade Média, uma contradição interna. Os bens e as rendas da Igreja, bem como as obras de misericórdia dos fiéis, eram destinados a corrigir as desigualdades

sociais, mas não a suprimi-las. A esmola tinha por finalidade preservar a estabilidade da ordem social, ou seja, a paz. Mas, por outro lado, a caridade era a condição do valor espiritual da esmola (MARCÍLIO, 1998, p. 31).

Dar de bom grado, tirar um pouco de sua riqueza e doar aos mais necessitados era algo que para a sociedade da época lhe permitiria o alcance da graça divina e do perdão de seus pecados, desse modo, a caridade e a piedade eram presentes entre as sociedades eclesiásticas e as elites, nesse sentido, acolher “os pobres, os desamparados e os hóspedes nos hospitais (criados com essa finalidade) e nos mosteiros esteve presente nas mentalidades laica e religiosa” (MARCÍLIO, 1998, p. 31).

No que concerne o caráter filantrópico, os moldes eram diferentes dos que norteavam a caridade, carregado de cuidados com viés voltado ao modelo médico científico, a filantropia visava resolver os problemas sociais não apenas na dimensão espiritual ou nas assistências básicas de alimentação e abrigo, mas também visavam prevenir e tratar doenças e epidemias.

De acordo com Rizzini e Pilotti (2004, p. 22) “A filantropia distinguia-se da caridade, pelos seus métodos, considerados científicos, por esperar resultados concretos e imediatos, como o bom encaminhamento dos desviantes à vida social, tornando-os cidadãos úteis e independente da caridade alheia”, nesse sentido, tínhamos então um cuidar que rompia com a mera benevolência religiosa, tendo em vista que tornaria os sujeitos parte integrante da sociedade após o processo de assistência.

Buscando então organizar esses avanços de maneira cronológica, trataremos inicialmente dos modelos assistencialistas, no Brasil a partir da República velha, para tanto, partiremos da pergunta: tais políticas de fato existiam? “Homens influentes e ligados ao governo, como Manuel Vitorino (1981, p. 381) afirmam em 1902: “não há uma só lei ou instituição que proteja a primeira infância no Brasil” (RIZZINI, 2011, p. 36).

Partindo da concepção de que o Estado em nada interferia na área social, o que tínhamos de modelo assistencial era totalmente de caráter religioso e caritativo, como já explicado acima, a igreja alicerçada pela concepção de redenção por meio das benevolências acabava fazendo refletir também na sociedade esse ideário.

De acordo com (MARCÍLIO, 1998, p. 132), a assistência da infância abandonada brasileira passa por três fases distintas,

A primeira fase, de caráter *caritativo*, estende-se até meados do século XIX. A segunda fase – embora mantendo setores e aspectos caritativos – evoluiu para

o novo caráter *filantrópico*, e está presente, a rigor, até a década de 1960. A terceira fase, já nas últimas décadas do século XX, surge quando se instala entre nós o *Estado de Bem Estar Social*, ou Estado-Protetor, que pretende assumir a assistência social da infância desvalida e desviante.

Como citado anteriormente, a caridade tomava forma mediante as ações religiosas de beneficência, as quais eram espalhadas pela sociedade mais nobre que passavam a ver nas esmolas um fator de perdão e redenção de seus pecados na terra, tinha uma dimensão imediatista, tendo em vista que os mais abastados doavam míseras quantias, restos de alimentos e roupas velhas para os desvalidos.

A ideia de caridade se pautava na lógica conformista de manutenção das hierarquias sociais, o rico continuava rico, fazia sua caridade e alcançava seu status de perdão perante Deus e a igreja, enquanto o pobre recebia suas esmolas, se alimentava do jeito que dava, apenas pela sobrevivência e se mantinha sempre pobre, no seu lugar a margem da sociedade.

Na fase caritativa, a assistência e as políticas sociais em favor da criança abandonada apresentavam três formas básicas: uma informal e duas formais. Formalmente, as Câmaras Municipais eram as únicas oficialmente responsáveis, na legislação portuguesa, pela tarefa de prover assistência aos pequenos enjeitados (MARCÍLIO, 1998, p. 135).

A primeira forma de assistir os infantes desvalidos foi a Roda dos expostos e as Casas de Expostos, além de casas de recolhimento para meninas abandonadas e expostas, contudo, as Câmaras tinham a tarefa de prover-lhes um custeio financeiro, pelo menos até meados de 1828, quando surge a Lei dos Municípios e se abre uma brecha para que as entidades políticas pudessem se isentar dessa atribuição financeira, repassando para as Santas Casas o total dever de cuidar das crianças expostas (Marcílio, 1998).

A estratégia da exposição de um bebê na Roda é assim descrita pelo viajante inglês Kidder, que andou pelo Rio de Janeiro no século passado: “Esta Roda ocupa o lugar de uma janela dando face para a rua e gira num eixo perpendicular. É dividida em quatro setores por compartimentos triangulares, um dos quais abre sempre para o lado de fora, convidando assim a que dela se aproxime toda mãe que tem tão pouco coração que é capaz de separar-se de seu filho recém-nascido. Para tanto tem apenas de depositar a criança na caixa e, por uma volta da roda, fazê-lo passar para dentro, seguindo, depois, seu caminho, sem ser vista” (MARCÍLIO, 1998, p. 145).

As Rodas foram instituições de caráter urbano, tendo em vista que nas zonas rurais o processo de abandono era raramente realizado, pois logo que as famílias percebiam não poder criar mais um filho, doavam para fazendeiros ou outras famílias, as quais criavam aquela criança na intenção de que ela, ao crescer, os ajudasse no trabalho com a terra, era uma adoção por concordâncias de ambas as partes.

Um dos escopos primordiais era o e não deixar os bebês sem o sacramento do batismo, sem o qual não haveria salvação de suas almas. No entanto, a principal justificativa da existência das Rodas de Expostos foi, efetivamente, a de ser um meio eficaz para impedir o infanticídio e o aborto (MARCÍLIO, 1998, p. 145).

Nesse sentido, percebemos o caráter religioso que as instituições de Misericórdia possuíam, seguindo o viés da caridade cristã como já explicado anteriormente, esses espaços foram pensados para impedir práticas de abandono a céu aberto. Muitos recém-nascidos eram jogados em amontoados de lixo, ao lado de fezes de animais e, arremessados a própria sorte, acabavam morrendo antes mesmo de serem resgatados e amparados.

Sendo o sistema pioneiro no processo de assistência à infância desvalida, a Roda dos Expostos, de acordo com (MARCÍLIO, 1998, p. 144),

[...] destinava-se à proteção dos bebês abandonados. Até os três anos, período da vida a que chamavam de “criação”, eram cuidados, em sua quase totalidade, em casa de amas-de-leite mercenárias. Em seguida, e até os sete anos (período dito de “educação”), essas crianças voltavam para a Casa dos Expostos, que buscava formas de colocá-las em casas de famílias ou meios para criá-las.

Cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas, Desterro, Cuiabá, São Paulo, Vitória, Olinda, São João Del-Rei e São Luís tinham grandes Casas de Misericórdia, no entanto, ressaltamos que apesar da forte presença dessas instituições no Brasil, insuficiente foi o número se comparado a demanda existente na sociedade. Todas funcionaram precariamente, com baixas verbas e em sua maioria em espaços improvisados, com características insalubres, sem mobiliário adequado, sem berços, sem água encanada, luz ou ventilação (Marcílio, 1998).

A precarização dessas casas articulada ao avanço do liberalismo no século XIX, acabou fazendo regredir na sociedade do período colonial o espírito de caridade. Desse modo, de acordo com Marcílio (1998, p. 161):

As obras de beneficência começaram, então, a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública. As Misericórdias perderam gradativamente sua autonomia, para entrar na órbita e dependência financeira dos governos, que passaram a impor as políticas e os controles a serem adotados e os rumos a tomar.

Diante do caos que se instalava nas instituições de Misericórdia, as autoridades começam a desprender preocupação a respeito da assistência a infância abandonada, a Igreja por sua vez inicia tentativas de livrar as suas instituições caritativas desse declínio administrativo e financeiro, havendo tentativas de moralizar e reavivar os antigos ideais de benevolência.

No entanto, os modelos de assistência aos desvalidos começavam a serem reformulados. “No ano de 1848, por iniciativa do bispo de Mariana, D. Viçoso, chagavam a cidade, vindas de Paris as primeiras doze filhas da caridade, a fim de dar início à obra de educação das meninas pobres e expostas” (MARCÍLIO, 1998, p.161).

As filhas de caridade acabaram tendo grande destaque em diversos espaços na Bahia, no Ceará, em Pernambuco e no Rio de Janeiro. O sucesso desse modelo foi tanto que os ânimos que os presidentes de outras províncias e bispos mostraram-se animados em repetir a iniciativa.

Nesse processo rompe-se o caráter da municipalidade e as províncias passam a subvencionar as obras de assistência a crianças abandonada. O âmbito médico na sociedade começa a ganhar notoriedade a partir do final do século XIX e início do século XX, desse modo, a filantropia vai redimensionando os aspectos assistenciais das Casas de Misericórdia e abrigos de desvalidos.

A sociedade em sua totalidade estava se modernizando, as indústrias eram um grande atrativo nas cidades grandes, desse modo, ocorre o fenômeno do êxodo rural, o qual auxilia no processo de superlotação das zonas urbanas e fez emergir um lado perverso desse desenvolvimento.

Os processos e transições políticas e econômicas, os quais causam o crescimento da industrialização nas capitais de todo o país, fazem emergir uma população que buscava por melhoria de vida no trabalho industrial, fugindo, muitas vezes, da seca que havia desolado a sua plantação, com isso temos o fenômeno do êxodo rural no país (SILVA, 2018, p. 11).

Os pobres agricultores chegam em busca de emprego sem a menor instrução e se deparam com portas fechadas e a impossibilidade de retornar a seus domicílios, desse modo, tomam as ruas e mendicância como formas de sobrevivência, nesse sentido, as crianças acabavam ficando expostas junto com seus pais a situações de risco e vadiagem.

Legiões de crianças maltrapilhas, desamparadas, tornaram-se uma constante nas grandes cidades. Surgia a chamada “questão do menor”, que exigia políticas públicas renovadas. Mas, desde o final do Império, as políticas sociais adotadas limitaram-se quase que tão somente à mera transposição de experiências mal bem-sucedidas [...] (MARCÍLIO, 1998, p. 193).

A sociedade estava crescendo, se modificando, novas problemáticas surgiam mediante o aumento populacional, desse modo, o modelo de Casas de Misericórdia e Roda dos Expostos já não faziam jus ao processo urbano que estava emergindo. Diante disso, as políticas públicas para a infância começam ser pensadas já seguindo a mentalidade filantrópico-científica.

Com a expansão desordenada das cidades, criaram necessidades de organização social em que o Estado, associado ao saber médico, buscava maneiras de intervenção sanitária e assistencial, porém prevalecendo a função de policiamento sanitário em detrimento da assistência pública. Vale salientar ainda que essas medidas sanitárias preventivas, ao contrário das de assistência, reuniam recursos e atenção em todo território brasileiro (VIVEIROS, 2016, p. 14).

Diante do olhar médico voltado para estes espaços modificações bruscas acabaram sendo incentivadas, dentre eles está a abolição das amas de leite, as quais eram acusadas de serem a principal causa da mortalidade entre os expostos, além da implementação de escritórios de admissão nas Casas de Misericórdia, nos quais seria possível conhecer os pais biológicos dessas crianças ou pelo menos a mãe (Marcílio, 1998).

Nesse período notava-se um forte direcionamento para a educação de meninas órfãs, as quais eram preparadas para um bom casamento ou para servir em casas de famílias ricas, caso não fossem pegadas para criar. Com os parâmetros filantrópicos norteando as instituições, a educação, a higiene e a saúde dessas moças era algo primordial, tendo em vista que, não seria possível uma sociedade moderna e organizada, com sujeitos desalinhados e fora dos padrões sociais.

Os higienistas descobriram uma relação causal entre os altos níveis de mortalidade das crianças e o alto índice de nascimentos ilegítimos: para defender a família, legítima e estável, era preciso instruir as mães. Esse item, que já fazia parte da ideologia filantrópica, fez com que a educação da mulher passasse a ser considerada como fator primordial para a boa formação das novas gerações e a prevenção do crime e do abandono (MARCÍLIO, 1998, p. 198).

A partir de então surgem os primeiros ensaios de políticas públicas voltadas ao âmbito social, com enfoque na assistência da infância desvalida, visando corrigir e proteger os menores. O Estado era colocado enquanto sistematizador dessa atenção ao infante, proporcionando subsídios para que eles fossem retirados das ruas, da vadiagem e amparados mediante os cuidados dos espaços destinados a esse fim.

A estruturação médica que a filantropia tomava tinha por base o cuidado do corpo antes do espírito, o que divergia dos antigos alicerces caritativos dados pelas instituições eclesiásticas, as quais tinham por prioridade após o recebimento das crianças expostas, seu batismo, tendo em vista que não poderiam perecer sem a redenção de seu espírito.

De acordo com Marcílio, (1998, p. 201), “As novas posturas influenciadas pelo Iluminismo, e defendidas pelos médicos higienistas e pelas elites pensantes, mostravam o caminho da filantropia como solução racional e técnica para atender à questão social do

menor abandonado”, portanto, era emergente organizar as instituições sob os padrões científicos em vigor na sociedade.

A utopia filantrópica almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz. Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação. Inculcar sentimentos de ordem, de respeito às normas, de estímulo à família, de amor ao trabalho estava no ideário do projeto filantrópico burguês; tudo fundado na melhor ciência e no culto ao progresso ininterrupto (MARCÍLIO, 1998, p. 206).

A dinâmica social direcionava para o surgimento de instituições que padronizassem a sociedade, aos desvalidos, tais instituições serviriam como reforma, visando estruturar os sujeitos conforme uma disciplina de horários, tarefas, espaços, assim eram os internatos e orfanatos do século XX, neles havia educação, preparação para o mundo do trabalho, regras estabelecidas e que deviam ser seguidas e uma dimensão espacial bem delimitada.

Para tanto, de acordo com Marcílio (1998, p. 207), “A filantropia tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado. Desse modo, as políticas de aberturas de asilos para a infância órfã ganham ênfase em diversos estados, tendo em vista a necessidade de controlar as massas perigosas, prevenindo a inserção das crianças nas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando observamos a história da infância contemplada nos livros, ali está estampada a realidade da burguesia, das crianças que tinham em sua trajetória das amas de leite, as roupagens da elite, a educação realizada nos espaços de suas casas. Neste artigo trazemos ao leitor a história da infância desvalida, aquela cujo valor era medido a partir das posses que tinham e, por não terem posse alguma, acabaram por serem esquecidas na historiografia tradicional.

Percebemos com o passar da análise histórica realizada que, a infância pobre era enclausurada e reformada pelo simples fato de serem pobres, de serem indivíduos sem valor social, aos quais apenas cabiam a reformulação dos corpos e das mentalidades, os quais só receberiam valorização conforme a utilidade que teriam para o âmbito social.

Desse modo, conforme ressaltamos no início deste artigo, esta análise parte de uma instituição, através da qual observamos o contexto social do seu entorno e as minúcias a constitui enquanto filantrópica. O orfanato Padre João Maria se configura

enquanto espaço de reforma dos corpos e das ideias, as meninas que por ali foram assistidas, recebiam tratamento com bases higienistas e religiosas, modificando suas ações corporais e suas perspectivas morais.

Portanto, salientamos que diante do processo reformista higiênico, o sujeito assistido necessitava passar por uma modificação de sua mentalidade, passando assim a atender os princípios da modernidade e se reconfigurando enquanto sujeito capaz de prover sua subsistência.

REFERÊNCIAS

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006. (Coleção História).

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, **Mensagem apresentada pelo governador: Antonio José de Mello e Souza**. Natal: Imprensa Oficial, 1920.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Trad. Sergio Goes de Paula 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução por Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1990.

MARCILIO, Maria Luiza. **História social da infância abandonada**. São Paulo. Editora Hucitec, 1998.

NUNES, Clarice. **História Cultural e História da Educação, uma leitura de Clarice Nunes**, Entrevistadores: Marta Maria de Araújo, Marlúcia Paiva Oliveira e José Willington Germano. Revista Educação em Questão, Natal, v. 22, n. 8, p. 253-263, jan./abr. 2005.

PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2a ed. Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás; MINC; USU Ed. Universitária; Amais, 1997.

_____. Irene. **Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX**. An. 1 Congr. Intern. Pedagogia Social Mar. 2006 - Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000092006000100019&script=sci_arttext#nt02 – Acesso em: 25-setembro-2019.



SILVA, Jefferson Melo da. **A EDUCAÇÃO POPULAR DE ADULTOS: A IMPLANTAÇÃO DAS ESCOLAS PRIMÁRIAS NOTURNAS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (1930–1960) Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica.** Programa de Pós-Graduação em Educação, Vitória - ES, v. 24, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2018.

VIVEIROS, Kilza Fernanda Moreira. **A ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA POBRE.** HOLOS, [S.l.], v. 5, p. 13-21, set. 2016. ISSN 1807-1600. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/4686/1546>>. Acesso em: 05 nov. 2021.